

ENEVA Participações III S.A.

CNPJ: 48.676.896/0001-50

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS					DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES						
Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Nota	2024	2023	2024	2023		Nota	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	4	-	-	2.753.732	1.177.951	Lucro líquido do exercício				847	1.410
Custo operacional	5	-	-	(1.621.290)	(878.270)	Outros resultados abrangentes				795.346	163.197
Resultado bruto				1.132.442	299.681	Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Despesas/Receitas operacionais						Ganho (Perda) com derivativos				847	1.410
Gerais e administrativas	5	(1.003)	(993)	(39.831)	(25.155)	Total do resultado abrangente do exercício				795.346	163.197
Outras receitas (despesas) operacionais	5	-	-	(5.438)	(1.486)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Resultado de equivalência patrimonial	13	795.348	162.710	-	-						
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos				794.345	161.717						
Resultado financeiro											
Receitas financeiras	6	182	90	74.858	40.008						
Despesas financeiras	6	(43)	(20)	(211.908)	(115.860)						
Resultado antes dos tributos sobre o lucro				794.484	161.787						
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro											
Corrente	12	-	-	(110.500)	(18.589)						
Diferido	12	-	-	(39.124)	(16.812)						
Lucro líquido do exercício				794.499	161.787						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Nota	2024	2023	2024	2023
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	869	2.452	469.111	159.897
Títulos e valores mobiliários	8	378	-	105.002	58.086
Contas a receber	9	-	-	321.409	342.295
Estoques				70.211	60.611
Despesas antecipadas				11.368	2.096
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10	47	16	118.665	47.115
Outros impostos a recuperar	10	-	-	638	2.836
Dividendos a receber	11	81.386	82.431	81.386	-
Operações comerciais com partes relacionadas	21	-	-	20.025	44.977
Adiantamentos a fornecedores				8.757	12.898
Outros				-	181
Não circulante				82.660	84.899
Operações comerciais com partes relacionadas	21	-	-	5.010	5.340
Outros impostos a recuperar	10	-	-	10.218	7.085
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos				15	-
Outros				840	520
Investimentos	13	2.959.848	2.435.518	4.722.472	4.603.800
Intangível	14	-	-	44.698	57.184
Total do ativo				3.042.543	2.520.417
Passivo circulante				1.422.502	931.213
Fornecedores	15	-	-	73.631	77.188
Fornecedores de projetos em construção	16	-	-	37.271	55.402
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	265.747	107.294
Debêntures	18	-	-	352.713	300.835
Dividendos a pagar	21	-	-	166.148	84.764
Operações comerciais com partes relacionadas	21	20	-	295.108	166.955
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	17	-	-	111.654	46.621
Outros impostos a recolher	17	52	26	12.469	12.899
Obrigações sociais e trabalhistas				6.583	5.573
Participações nos lucros				14.141	10.926
Contas a pagar - setor elétrico				22.019	18.072
Provisão - custo de ressarcimento				17.706	18.119
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico				36.200	24.736
Outras obrigações				11.112	1.849
Não circulante				72	26
Fornecedores	15	-	-	18.497	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	1.091.671	1.180.715
Debêntures	18	-	-	149.964	522.997
Operações comerciais com partes relacionadas	21	-	356	40.030	67.188
Provisão, ativos e passivos contingentes	20	-	-	802	92
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	12	-	-	221.795	182.671
Outros				1.478	-
Total do Passivo				3.042.471	2.520.035
Patrimônio líquido				3.042.471	2.520.035
Capital social				2.210.924	1.863.719
Reserva de capital				540.517	551.423
Reserva de legal				47.418	7.693
Reserva de Incentivos fiscais				193.536	28.898
Dividendos propostos adicionais				47.819	66.892
Outros resultados abrangentes				2.257	1.410
Total do patrimônio líquido				3.042.471	2.520.035
Total do passivo + patrimônio líquido				3.042.543	2.520.417
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
	Capital Social Integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de lucro	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022									
Reorganização Societária	1.354.118	-	-	-	-	-	-	-	1.354.118
Custo de captação	(40.398)	-	-	-	-	-	-	-	(40.398)
Integralização de capital	500.000	-	-	-	-	-	-	-	500.000
Reserva de Capital	-	-	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	28.898	-	-	(28.898)	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	161.787	161.787
Contribuições de Capital dos Acionistas	-	-	51.423	-	-	-	-	-	51.423
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	7.693	-	-	-	-	7.693
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	66.892	-	-	66.892
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(58.304)	(58.304)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000
Integralização de AFAC	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:									
Ganho com derivativos	-	-	-	-	-	-	1.410	-	1.410
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.863.719	-	551.423	7.693	28.898	66.892	1.410	-	2.520.034
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	-	-	(164.638)	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	794.499	794.499
Aporte de capital	347.206	-	-	-	-	-	-	-	347.206
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	39.725	-	-	-	-	39.725
Transações com pagamentos baseados em ações	-	-	(10.906)	-	-	-	-	-	(10.906)
Pagamento de dividendos propostos 2023	-	-	-	-	-	(66.892)	-	-	(66.892)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	47.819	-	(47.819)	-
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(542.317)	(542.317)
Outros resultados abrangentes:									
Ganho com derivativos	-	-	-	-	-	-	847	-	847
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.210.924	-	540.517	47.418	193.536	47.819	2.257	-	3.042.471
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Eneva Participações III S.A. ("Companhia" ou "Eneva III") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operação de exploração e produção (E&P) de gás natural, geração de energia e soluções em energia no Brasil. A Eneva S.A. é a controladora da Eneva Participações III S.A.. No dia 13 de junho de 2023, com a reorganização societária, a Eneva III passou a ser a detentora da totalidade das ações da Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("PGC") e da Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II") e a exercer o controle sobre essas empresas através de decisão do conselho de Administração da Companhia. Em 21 de junho de 2023, foi celebrado acordo de investimento entre a Eneva S.A. e o Itaú Unibanco S.A. (minoritários), com a intervenção e anuência da Eneva III. Com a conclusão da operação o Itaú Unibanco S.A. passou a ser o titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da Eneva III, e a Eneva S.A., por sua vez, se manteve titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da Eneva III. O acordo ainda prevê o direito de recompra pela Eneva S.A. da totalidade das ações preferenciais que forem detidas pelo Itaú Unibanco S.A. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, sendo a Eneva S.A. controladora do exercício deste direito. **Entidade controladas:** A Eneva III detém os seguintes investimentos:

Controladas

Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (a) 100%
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (b) 100%

(a) Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("PGC") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Santo Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão. Foi constituída com o objetivo de desenvolver, construir e operar projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural e a comercialização de gás natural, bem como a participação no capital de outras sociedades simples ou empresariais, que possuam objeto social semelhante ao da Companhia. Sagrou-se vencedora do leilão de energia nova A-6, em 31 de agosto de 2018, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O empreendimento que atende a demanda do referido leilão é a usina termelétrica UTE Parnaíba V, com capacidade instalada de 385 MW e será instalada no Complexo Termelétrico Parnaíba, no estado do Maranhão. A UTE Parnaíba V contratou 326,4 MW médios, assegurando uma receita fixa anual de R\$ 272.377 (data-base: março/2018), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2024. Em 2020, incorporou a Parnaíba I Geração de Energia S.A., titular das outorgas dos empreendimentos (usinas) UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V. Em 2023, foi aprovado o início da operação comercial da UTE Parnaíba V, com capacidade potência limitada em 365,32 MW. A Usina iniciou, em 2024, o suprimento contratado no âmbito do Leilão de Energia Nova A-6 de 2018 da Aneel. (b) Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II") é uma sociedade anônima de capital fechado com o objetivo social de desenvolvimento, construção e operação de projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural e a comercialização de gás natural. Possui autorização para operação de usina termelétrica a gás natural (UTE), empreendimento reservatório-to-wire (R2W), instalada na cidade de Santo Antônio dos Lopes, localizada no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de geração de 751 MW. Suas atividades iniciaram através da UTE Maranhão III, sagrou-se vencedora do Leilão de energia A-3, em 2011, garantindo a comercialização de 569 MW e contratou a venda de 450 MW médios por um período de 20 anos contados a partir de fevereiro de 2014, o qual foi posteriormente alterado para 1º de julho de 2016, nesse período a UTE Maranhão III iniciou operação comercial, conforme autorização da ANEEL, marcando o início de sua remuneração segundo os termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 2019, incorporou o acervo líquido contábil das subsidiárias Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A., com seus respectivos empreendimentos, a UTE Nova Venécia e a UTE Parnaíba IV. Em 2021, a UTE Parnaíba IV firmou compromisso de venda de potência, pelo prazo de 15 anos, para entrega a partir de 1º de julho de 2026, assegurando receita fixa anual durante o período de suprimento. Este empreendimento possui uma capacidade instalada de 56 MW e, dado que foi o empreendimento marginal do leilão, vendeu uma capacidade de 39 MW. Em 2023 iniciaram as obras de construção do empreendimento Parnaíba VI, expansão da UTE MC2 Nova Venécia 2, com capacidade instalada adicional de 92 MW. Esse empreendimento foi vencedor do leilão A-6 de 2019 e contratou 70 MW, assegurando receita fixa anual de R\$ 85.346

mil (data-base: abril de 2019), pelo prazo de 25 anos, a partir de 1º de janeiro de 2025. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Base de preparação.** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as políticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards ("IFRS")*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations")* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee ("SIC Interpretations")* e também de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais maiores premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3 - "Estimativas e julgamentos contábeis críticos". As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O valor justo geralmente é baseado no valor justo das cotas compradas e vendidas em troca de ativos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2025. **Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 216.530 (R\$ 200.231 em dezembro de 2023) entende que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, como a construção de Parnaíba VI. A Companhia gerou em 2024 fluxo de caixa operacional positivo no montante de R\$ 1.374.947 (R\$ 525.147 em dezembro de 2023), além de ter gerado lucros consistentes nos últimos anos, incluindo em 2024, no montante de R\$ 794.499 (R\$ 161.787 em dezembro de 2023), além de ter obrigações de curto prazo com partes relacionadas. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Práticas contábeis:** As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (milhares), que é a moeda funcional da Companhia. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** Alterações em pronunciamentos contábeis: O IASB e o CPC emitiram revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram: **CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores:** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitam aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. A Companhia avaliou o conteúdo desse pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais além daquelas que já estão divulgadas na nota explicativa nº 16 - Fornecedores de projetos em construção. **Mudanças em pronunciamentos contábeis:** A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Práticas contábeis:** As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (milhares), que é a moeda funcional da Companhia. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** Alterações em pronunciamentos contábeis: O IASB e o CPC emitiram revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram: **CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores:** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitam aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. A Companhia avaliou o conteúdo desse pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais além daquelas que já estão divulgadas na nota explicativa nº 16 - Fornecedores de projetos em construção. **Mudanças em pronunciamentos contábeis:** A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Práticas contábeis:** As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (milhares), que é a moeda funcional da Companhia. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** Alterações em pronunciamentos contábeis: O IASB e o CPC emitiram revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram: **CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores:** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitam aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. A Companhia avaliou o conteúdo desse pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais além daquelas que já estão divulgadas na nota explicativa nº 16 - Fornecedores de projetos em construção. **Mudanças em pronunciamentos contábeis:** A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Práticas contábeis:** As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (milhares), que é a moeda funcional da Companhia. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** Alterações em pronunciamentos contábeis: O IASB e o CPC emitiram revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram: **CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores:** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitam aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. A Companhia avaliou o conteúdo desse pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais além daquelas que já estão divulgadas na nota explicativa nº 16 - Fornecedores de projetos em construção. **Mudanças em pronunciamentos contábeis:** A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Práticas contábeis:** As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (milhares), que é a moeda funcional da Companhia. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** Alterações em pronunciamentos contábeis: O IASB e o CPC emitiram revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram: **CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores:** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitam aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liqu

ENEVA Participações III S.A.

CNPJ: 48.676.896/0001-50

livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. **Deduções da receita:** (d) Pesquisa e desenvolvimento (P&D): As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico. (e) Ressarcimento da receita fixa: As usinas termelétricas com contratos regulados de venda de energia por disponibilidade vigentes com o Sistema Interligado Nacional (SIN) que exportam energia elétrica devem incorrer em custos de ressarcimento de receita fixa ao sistema elétrico brasileiro, proporcional ao tempo em que a usina gerou energia nesta modalidade, referente à quantidade de energia comprometida com o SIN (regra determinada pela Portaria normativa nº 86 de 21 de outubro de 2024 do Ministério de Minas e Energia). **5. Custos e despesas por natureza:** A composição dos custos de geração de energia e das despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo				
Insumos de geração	-	-	(657.958)	(274.866)
Aluguéis	-	-	(360.191)	(179.777)
Regulatórios	-	-	(211.316)	(131.998)
Depreciação e amortização	-	-	(185.399)	(84.327)
Energia elétrica para revenda	-	-	(79.841)	(147.728)
Pessoal	-	-	(63.962)	(29.585)
Seguros operacionais	-	-	(22.218)	(7.622)
Serviços de terceiros	-	-	(19.246)	(3.806)
Material de consumo	-	-	(5.606)	(6.453)
Outras receitas (despesas)	-	-	(21.552)	(12.708)
	-	-	(1.627.290)	(878.270)
Despesas administrativas e gerais				
Serviços de terceiros	(1.003)	(993)	(35.822)	(24.637)
Pessoal	-	-	(1.971)	-
Depreciação e amortização	-	-	(957)	(518)
Seguros operacionais e administrativos	-	-	(234)	-
Impostos e contribuições	-	-	(15)	-
Outras despesas	-	-	(833)	-
	(1.003)	(993)	(39.831)	(25.155)
Outras receitas e despesas				
Outras	-	-	(5.438)	(1.486)
	-	-	(5.438)	(1.486)
Total	(1.003)	(993)	(1.672.559)	(904.911)

6. Resultado financeiro: A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Receita financeira	179	90	59.977	27.527
Variação cambial e monetária	-	-	6.739	382
Desconto juros de arrendamento	-	-	635	9.979
Outros	3	-	7.507	2.120
	182	90	74.858	40.008
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(45.633)	(13.369)
Juros de debêntures	-	-	(91.100)	(70.059)
Amortização custo de transação de empréstimos	-	-	(3.941)	(2.144)
Comissão sobre fianças bancárias	(34)	(15)	(9.778)	(8.092)
Juros de passivos de arrendamento	-	-	(59)	-
Juros sobre mútuos	-	-	(1.350)	-
Variação cambial e monetária	-	-	(48.676)	(15.845)
Juros de fornecedores	-	-	(2.080)	-
Outros	(9)	(5)	(9.291)	(6.354)
	(43)	(20)	(211.908)	(115.860)
	139	70	(137.050)	(75.852)

7. Caixa e equivalentes de caixa: Prática contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 12 meses, com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	2	-	35.877	42.996
Fundo de Investimento	a	867	1.756	231.471
CDB/Compromissadas	b	-	696	201.763
	869	2.452	469.111	159.897

a. Trata-se do fundo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Itaú Unibanco S.A. O saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. b. Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 103,65%. **8. Títulos e valores mobiliários:** Prática contábil: Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As aplicações financeiras geram receitas, que são apresentadas no grupo do Resultado Financeiro.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fundo de investimento	a	378	101.269	44.293
Ações da controladora	b	-	3.733	13.793
	378	-	105.002	58.086

a. Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2025 e 2030 com liquidez diária e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos. b. Referem-se às operações de recompra das ações da controladora Eneva S.A. pela Parnaíba II para atendimento aos programas de incentivo a longo prazo dos executivos do grupo. A variação no período ocorreu em função do exercício pelos beneficiários dos programas. **9. Contas a receber:** Prática contábil: As contas a receber de clientes da Companhia correspondem aos valores faturados e provisionados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE) quando necessário.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado	271.369	342.295
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre	50.040	50.040
	321.409	342.295

Avaliação do risco de crédito: O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada. As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas. O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros. Além disso, a Companhia realiza uma análise individual por cliente a fim de avaliar se há algum cliente com risco de crédito, histórico e condições de venda. Após a análise, não foi identificado nenhum risco de perda de crédito esperada. **10. Tributos a recuperar:** O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL) a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de Renda - IRPJ	47	16	43.261	20.034
Contribuição Social - CSL	-	-	74.804	27.081
	47	16	118.065	47.115

Circulante
Os demais tributos a recuperar estão compostos por:

	Consolidado	
	2024	2023
PIS	2.298	2.184
COFINS	7.956	7.095
ICMS	507	507
Outros	145	145
	10.856	9.921
Circulante	638	2.836
Não circulante	10.218	7.085

11. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber: Prática contábil: A Companhia possui dividendos mínimos obrigatórios a receber de suas controladas baseados no estatuto social da Companhia e nos limites definidos na legislação aplicável. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária. Ao longo do exercício de 2024 a Companhia recebeu dividendos nos valores de R\$ 462.389 e R\$ 146.820, das controladas PGC e Parnaíba II, respectivamente. Os saldos de dividendos a receber estão detalhados na nota explicativa nº 21 - Partes relacionadas. **12. Impostos diferidos:** Prática contábil: Os tributos de Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSL") correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões dos valores estimados para pagamento às autoridades fiscais. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente executível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. **Estimativas e julgamentos:** Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aqueles adotados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 6 anos. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e CAPEX. **Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):**

	2024		2023	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Diferidos sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	18.011
Diferidos sobre diferenças temporárias ativas:				
Provisões ativas	7.038	5.876	-	-
Gastos pré-operacionais - inclusive RTT	27.786	27.786	-	-
Direito de uso	127	206	-	-
Total ativo diferido	34.951	51.879	-	-
Diferido sobre diferenças temporárias passivas:				
Arrendamento a pagar	(99)	(196)	-	-
Depreciação acelerada	(209.144)	(184.808)	-	-
Provisões passivas	(35)	-	-	-
Juros capitalizados	(47.468)	(49.546)	-	-
Total passivo diferido	(256.746)	(234.550)	-	-
Diferido líquido	(221.795)	(182.671)	-	-

a. A expectativa de realização do ativo diferido constituído sobre as diferenças temporárias é em sua totalidade no ano de 2025. Conforme exigido pela norma contábil CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser compensados na mesma entidade fiscal para fins de apresentação.

	2024			2023		
	IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/Base negativa	IRPJ/CSL sobre diferenças temporárias	Total	IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/Base negativa	IRPJ/CSL sobre diferenças temporárias	Total
Eneva Participações III	-	15	15	-	-	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	(150.662)	(150.662)	-	(137.844)	(137.844)	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	(71.148)	(71.148)	18.011	(62.838)	(44.827)	-
Total passivo diferido líquido	(221.795)	(182.671)	-	(182.671)	(182.671)	-

Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: Em 31 de dezembro de 2024, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o Imposto de Renda - "IRPJ" (aliquota de 15% e adicional de 10%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSL" (aliquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de IRPJ e CSL correntes e diferidos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSL	794.483	161.786	944.123	197.188
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSL à alíquota nominal	(270.124)	(55.007)	(321.002)	(67.044)
Resultado de equivalência patrimonial	270.418	55.321	-	-
Outras diferenças permanentes	-	-	809	1.836
Tributos não constituídos	(279)	(314)	(279)	(314)
Redução benefício SUDENE, doações incentivadas e PAT	-	-	170.848	30.121
IRPJ e CSL correntes e diferidos	15	-	(149.624)	(35.401)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	-	(110.500)	(18.589)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	15	-	(39.124)	(16.812)
Total	15	-	(149.624)	(35.401)
			15,95%	17,95%

13. Investimentos: Prática contábil: Controladas são todas as entidades das quais a Companhia detém o controle. A consolidação contábil é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de exercer o controle. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. As transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

	Participação societária	Ativo	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não líquido	Patrimônio líquido	Resultado
Controladas diretas							
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	100%	617.880	2.553.363	(868.270)	(978.561)	1.324.413	605.756
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100%	496.562	2.297.898	(508.445)	(650.579)	1.635.435	189.592
Adiantamento para futuro aumento de capital							
Mutação dos Investimentos							
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.		1.231.045	-	605.756	-	(512.388)	1.324.413
Parnaíba II Geração de Energia S.A.		1.204.473	347.205	189.592	(10.060)	(95.775)	1.635.435
		2.435.518	347.205	795.348	(10.060)	(608.163)	2.959.848

14. Imobilizado: Prática contábil: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, que podem incluir: • o custo de materiais e mão de obra direta; • quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e • custos de empréstimos obtidos para a construção de ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. **Composição dos saldos**

	2024						Direito de Uso	Total
	Terrenos	Edifícios, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso		
Terrenos	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	16 anos	-	-	1 a 28 anos	
Custo								
Saldo em 31/12/2023	7.689	1.983.850	2.314.563	5.432	7.472	1.429.003	1.380	5.749.389
Adições	-	-	-	-	-	292.187	-	292.187
Baixas	-	-	-	-	-	(7)	(692)	(699)
Transferências	-	100.849	285.177	270	2.360	(388.655)	-	-
Saldo em 31/12/2024	7.689	2.084.699	2.599.740	5.702	9.832	1.332.527	688	6.040.877

	2023						Direito de Uso	Total
	Terrenos	Edifícios, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso		
Terrenos	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	16 anos	-	-	1 a 28 anos	
Custo								
Saldo em 31/12/2023	-	(445.159)	(691.271)	(3.852)	(4.266)	-	(1.041)	(1.145.589)
Adições	-	(67.351)	(104.869)	(515)	(481)	-	(844)	(174.060)
Baixas	-	-	-	-	-	-	1.244	1.244
Saldo em 31/12/2024	-	(512.510)	(796.140)	(4.367)	(4.747)	-	(641)	(1.318.405)
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2023	7.689	1.538.691	1.623.292	1.580	3.206	1.		

ENEVA Participações III S.A.
CNPJ: 48.676.896/0001-50

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	2024			2023				
						Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	
													Total
Empréstimos e financiamentos													
PGC	BNB	R\$	IPCA+ 1,9388%	9,78%	15/07/2036	(4.963)	821.557	287.060	1.103.654	(5.833)	842.048	245.279	1.081.494
Parnaíba II	FDNE	R\$	IPCA+ 3,3833%	8,80%	01/07/2041	(9.952)	274.180	36.316	306.544	(4.915)	246.553	13.117	254.755
						(8.915)	1.095.737	323.376	1.410.198	(10.748)	1.088.601	258.396	1.336.249
Depósitos Vinculados							(52.780)	-	(52.780)	-	(48.240)	-	(48.240)
Saldo líquido de empréstimos e financiamentos						(8.915)	1.042.956	323.376	1.357.419	(10.748)	1.040.361	258.396	1.288.005
Circulante						(1.158)	53.062	213.944	365.748	(855)	360.000	11.582	370.935
Não circulante						(7.757)	989.896	109.532	1.091.671	(9.893)	1.019.858	170.752	1.180.715
Debêntures													
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 7,2227%	16,00%	15/11/2025	(460)	121.192	708	121.441	(1.154)	211.592	1.764	212.202
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI+ 2,5%	17,61%	15/11/2025	(512)	97.528	1.517	98.533	(1.513)	188.993	3.128	190.608
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI+ 1,20%	11,45%	02/10/2024	(1)	360.000	(1)	(2)	(127)	145.000	4.469	149.342
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI+ 1,76%	17,17%	02/10/2026	(36)	370.520	10.880	370.520	(647)	360.000	11.582	370.935
						(1.333)	578.719	13.105	590.491	(3.441)	905.585	20.943	923.087
Depósitos Vinculados							(87.815)	-	(87.815)	-	(99.255)	-	(99.255)
Saldo líquido de debêntures						(1.333)	490.905	13.105	502.676	(3.441)	806.330	20.943	823.832
Circulante						(1.170)	340.778	13.105	352.713	(2.294)	282.186	20.943	300.835
Não circulante						(163)	150.127	-	149.964	(1.147)	524.144	-	522.997

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos. Entretanto, os empréstimos obtidos estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos), bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs. Adicionalmente, os financiamentos também contam com o aval de sua Controladora. Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

Emprestimos e financiamentos	Consolidado	
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Saldo em 2023	1.288.009	823.832
(+) Novas captações	27.627	-
(+) Juros incorridos	60.320	91.100
(+/-) Variação monetária	40.230	8.543
(-) Pagamento de principal	(20.491)	(335.409)
(-) Pagamento de juros	(35.570)	(98.938)
(+) Custo de captação	1.834	2.108
(+/-) Depósitos vinculados	(4.540)	11.440
Saldo em 2024	1.357.419	502.676

Ano de Vencimento	Consolidado	
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
2026	134.423	237.779
2027	73.795	-
2028	113.860	-
2029	81.469	-
2030 até o último vencimento	740.903	-
	1.144.450	237.779
	(52.780)	(87.815)
Total	1.091.671	149.964

Covenants financeiros e não financeiros: Os contratos de financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas com covenants não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela Tesouraria e reportadas periodicamente à Administração, para garantir que o contrato seja cumprido: (i) Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente; (ii) Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações; (iii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; (iv) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações; (v) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações; (vi) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios; (vii) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e Os contratos de empréstimos e financiamentos e as emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de covenants financeiros, as quais se encontram atendidas. O descumprimento de tal índice resultaria na possibilidade de declaração de vencimento antecipado dos empréstimos e das debêntures, tornando-se exigíveis os respectivos valores em aberto e, por consequência a reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante.

Empresa	Descrição dos covenants financeiros	Posição em	
		31/12/2024	31/12/2023
PGC	Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,2 ^x	Atendido	Atendido
Parnaíba II	Dívida líquida de no máximo 3,0 vezes o EBITDA	Atendido	Atendido

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: Prática contábil: Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são, em sua maioria, medidos pelo custo amortizado, mas em alguns casos podem ser avaliados pelo valor justo, com impacto no resultado ou em outros resultados abrangentes. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente. Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir: • **Nível I:** São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. • **Nível II:** São informações, que não incluem os preços cotados no Nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • **Nível III:** São informações não observáveis para o ativo ou passivo. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

Ativos Financeiros	Hierarquia	2024	2023
Custo Amortizado			
Caixa e equivalente de caixa	N.A.	237.640	91.343
Contas a receber	N.A.	31.409	342.295
Operações comerciais com partes relacionadas	N.A.	25.035	50.317
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	231.471	68.554
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	105.002	58.086
Passivos Financeiros			
Custo Amortizado			
Fornecedores	N.A.	101.204	77.168
Fornecedores de projetos em construção	N.A.	37.271	55.402
Empréstimos e financiamentos	N.A.	1.357.418	1.288.009
Debêntures	N.A.	502.677	823.832
Operações comerciais com partes relacionadas	N.A.	335.138	234.143
Contas a pagar - Setor elétrico	N.A.	22.019	18.072
Provisão de custo por indisponibilidade	N.A.	17.706	18.119
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	N.A.	36.200	24.736

Métodos e técnicas de avaliação: Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o exercício. Alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em função do seu ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do seu saldo contábil. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Aos Administradores e Acionistas da Eneva Participações III S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Eneva Participações III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, mas não podemos obter evidência auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

← Demonstramos abaixo o valor justo dos passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado:

Passivos financeiros	2024		2023	
	Saldo de Valor Justo Contábil	Nível 2	Saldo de Valor Justo Contábil	Nível 2
Debêntures	593.840	823.832	785.172	823.832
Risco de mercado: Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros. Risco taxa de inflação e juros flutuantes: A Companhia tem seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI) e no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O ativo da Companhia, representado por suas receitas, também será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fato que reduz substancialmente o descaimento entre as taxas de inflação de ativos e passivos. Como a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50%, respeitando os prazos de pagamento de cada linha.	1.095.737	1.042.956	1.357.419	1.040.361

Risco de Cash Flow: Passivo Indexado ao CDI 72.903 88.262 103.351
Passivo Indexado ao IPCA 145.477 172.362 198.896
Despesa Financeira Esperada 218.380 260.624 302.248
Aumento da Despesa Financeira 42.244 83.868
Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%. **Risco cambial:** Companhia possui exposição cambial relativa à compra de equipamentos para construção de Parnaíba VI, entretanto realiza proteção de câmbio para esses equipamentos vinculados a construção, e por isso entende que o risco residual é baixo. **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Posições do risco de crédito	Consolidado	
	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa	469.111	159.897
Títulos e valores mobiliários	105.002	58.086
Contas a receber de clientes	321.409	342.295
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	140.594	147.495
	1.036.116	707.773

Passivos	Consolidado				
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	34.890	38.741	18.497	-	92.128
Fornecedores de projetos em construção	-	40.612	-	-	40.612
Operações comerciais com partes relacionadas	295.108	-	40.030	-	335.138
Empréstimos e financiamentos	85.883	84.421	195.716	635.461	1.372.478
Debêntures	146.431	331.226	211.419	-	688.076
	562.312	495.000	465.662	635.461	1.372.478

Passivos	Consolidado				
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	39.615	37.553	-	-	77.168
Fornecedores de projetos em construção	-	59.411	-	-	59.411
Operações comerciais com partes relacionadas	166.954	-	67.188	-	234.142
Empréstimos e financiamentos	-	51.892	124.414	517.340	1.290.972
Debêntures	146.407	283.922	453.212	199.791	1.082.972
	352.616	432.778	644.814	717.131	1.290.972

Risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da empresa para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para mais ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **20. Provisão, ativos e passivos contingentes:** A Companhia é parte em ações judiciais trabalhistas e ambientais, assim como processos administrativos regulatórios avaliadas pelos assessores jurídicos. **Prática contábil:** A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. O reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas, administrativos e regulatórios é feito por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O saldo da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é apresentado abaixo:

Reorganização societária	2023		Consolidado		2024	
	Atualizações	Saldo acumulado	Atualizações	Saldo acumulado	Atualizações	Saldo acumulado
Cível	-	-	-	-	586	586
Trabalhista	-	-	-	-	586	586
Tributário	40	52	92	96	(92)	96
Total das Provisões	40	52	92	802	(92)	802

Contingências com risco possível (não provisionado): A Companhia possui ações de natureza trabalhista, civil e ambiental que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível, as quais estão assim representadas:

Ambientais	Consolidado	
	2024	2023
Trabalhistas	1.190	1.743
Cíveis	451.985	609.064
Tributárias	34.857	33.869
	506.102	662.846

a. Procedimentos Arbitrais da Companhia: Os valores envolvidos na arbitragem, contra a "PGC", bem como os números detalhados abaixo, são uma estimativa da soma dos pleitos atualizados formulados pelas partes. Os pedidos formulados contra a "PGC" são estimados em R\$ 451 milhões, enquanto os pedidos reconventionais apresentados são estimados em R\$ 3,1 bilhões. A majoração dos valores em disputa se deu por conta da reavaliação dos pleitos formulados pelas partes no procedimento arbitral, na medida em que, no momento da assinatura do termo de arbitragem, os danos emergentes não estavam liquidados e os lucros cessantes ainda não haviam sido apurados. **21. Partes relacionadas: Prática contábil:** As transações de compra e de venda de energia são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e detalhadas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

Operações comerciais	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Eneva Comercializado-energia Ltda.	5.647	25.023	4.922	19.506	42.008	-
Eneva S.A. (a)	18.310	19.570	328.197	213.357	(921.374)	-
Focus Energia Ltda.	-	5.138	-	-	-	-
Outros	1.078	586	2.020	1.280	(15)	-
	25.035	50.317	335.139	234.143	(879.381)	-

Dividendos
Eneva S.A. (b) 81.386 - - 84.764 - -
81.386 - - 84.764 - -
106.421 50.317 335.139 318.907 (879.381) -
(a) Refere-se aos valores devidos à Eneva S.A. pelo fornecimento de gás natural e arrendamento de capacidade da unidade de tratamento de gás e, também, pelos gastos relativos ao compartilhamento de recursos administrativos. (b) A composição do saldo de dividendos a pagar é devido à Eneva S.A. (controladora da Eneva III), apurados antes da operação de reorganização societária detalhada na explicativa nº 1 - Contexto operacional.

Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria: De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora efetuar a distribuição da verba entre eles. Durante o exercício de 2024, a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia. **22. Patrimônio líquido:** social da Companhia, de R\$ 1.904.117.258 para R\$ 2.251.321.858, totalmente subscrito e integralizado, um aumento no montante de R\$ 347.204.600, mediante a emissão de novas ações ordinárias, dividido em